



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA
SECRETARIA DA CIDADANIA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EMENDA PARLAMENTAR MUNICIPAL

OBJETO: A presente justificativa tem por objetivo a publicação de Inexigibilidade de Chamamento Público, visando a celebração do Termo de Fomento entre o município de Sorocaba, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA e a Organização da Sociedade Civil – **Lar Escola Monteiro Lobato de Sorocaba** tendo por objeto o repasse dos recursos financeiros destinados por meio de emenda parlamentar municipal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 29 e art. 31, inciso II da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015, e art. 11 e seus parágrafos do Decreto Municipal nº 26.317/2021.

A celebração do Termo de Fomento em epígrafe justifica-se ser realizada sem chamamento público, visto que os recursos são provenientes de Emenda Parlamentar Municipal, em conformidade ao disposto no art. 29 e art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, e art. 11 e seus parágrafos do Decreto Municipal nº 26.317/2021, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Verifica-se a legalidade na formalização de parceria sem Chamamento Público, com base jurídica supracitada, haja vista, tratar-se de Organização da Sociedade Civil destinatária de emendas parlamentares com indicação expressa, que desenvolvem atividades voltadas a assistência social, conforme quadro:

COD. DE APLICAÇÃO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA	VALOR	VEREADOR
1100000	Custeio ao Lar Escola Monteiro Lobato	Os recursos previstos por esta emenda impositiva (Art.92-A, da Lei Orgânica Municipal) deverão ser destinados para o Lar Escola Monteiro Lobato, para o "Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos". - PROJETO RENOVAR - ofertando á crianças/adolescentes em situações de vulnerabilidade sociais.	R\$ 22.332,79	Hélio Mauro Silva Brasileiro
1100000	Custeio ao Lar Escola Monteiro Lobato	Manutenção e Custeio das atividades.	R\$ 10.000,00	Gervino Cláudio Gonçalves
1100000	Custeio ao Lar Escola Monteiro Lobato de Sorocaba	Emenda destinada ao Lar Escola Monteiro Lobato de Sorocaba- Projeto Renovar.	R\$ 20.000,00	Luis Santos Pereira Filho
1100000	Custeio geral das atividades do Lar Escola Monteiro Lobato de Sorocaba	Emenda Impositiva destinada ao custeio geral das atividades do Lar Escola Monteiro Lobato, que presta serviços destinados a proteção social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.	R\$ 40.000,00	Fernando Alves Lisboa Dini
1100000	Custeio ao Lar Escola Monteiro Lobato	Custeio ao Lar Escola Monteiro Lobato	R\$ 20.000,00	Cicero João da Silva
1100000	Custeio ao Lar Escola Monteiro Lobato de Sorocaba - Projeto Renovar	Os recursos previstos por esta emenda impositiva (art. 92-A, da lei Organica Municipal) deverão ser destinado para o custeio ao Lar Escola Monteiro Lobato de Sorocaba - Projeto Renovar	R\$ 20.000,00	Antônio Carlos Silvano Júnior

Nº	ÓRGÃO	PROG	FONTE	ECONÔMICA	AÇÃO	DESPESA	VALOR
186	08.01.00	4004	08	3.3.50.43.00	7154	4623	R\$ 22.332,79
298	08.01.00	4004	08	3.3.50.43.00	7255	4746	R\$ 10.000,00
335	08.01.00	4004	08	3.3.50.43.00	7290	4765	R\$ 20.000,00
413	08.01.00	4004	08	3.3.50.43.00	7368	4768	R\$ 40.000,00
472	08.01.00	4004	08	3.3.50.43.00	7425	4818	R\$ 20.000,00
557	08.01.00	4004	08	3.3.50.43.00	7508	4848	R\$ 20.000,00

Com fundamento no § 2º do art. 18 do Dec. Nº 26.317/21, para a habilitação e celebração do ajuste, a entidade deverá comprovar, perante a Secretaria da Cidadania o atendimento aos critérios especificados no art. 18, no que se refere a: (I) habilitação jurídica; (II) regularidade fiscal; (III) documentos de qualificação técnica; (IV) qualificação econômico-financeira; (V) documentações complementares.

Com fundamento no § 5º do art. 19 do Dec. Nº 26.317/21, a entidade deverá apresentar, previamente à assinatura do contrato, o plano de trabalho e a proposta de preço, por meio de formulários disponibilizados pela SECID – Secretaria da Cidadania.

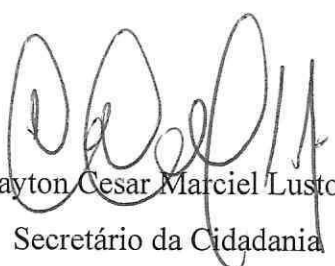
Na forma do art. 26 do Dec. 26.317/21, finalizado o processo de inexigibilidade a Administração Pública convocará a proponente responsável pela proposta para que seja celebrado o respectivo instrumento de repasse, viabilizando a execução do objeto pretendido.

Previamente à convocação para celebração do ajuste deverá ser emitido parecer de órgão técnico da Administração Pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito do quanto estabelecido no par. único do art. 26 do Dec. 26.317/21.

Cumpridas todas as etapas do processo e de acordo com o art. 27 do Dec. Nº 26.317/21, em dia e hora previamente informados à proponente contemplada, esta deverá se fazer presente por meio de seu representante legal para a assinatura do instrumento, apresentando para tanto os documentos listados nos incisos de I a V do mencionado dispositivo.

Na forma do § 3º do art. 11 do Dec. Nº 26.317/21, admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pela autoridade responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo. Havendo fundamento na impugnação, será revogado o presente ato que considerou inexigível o chamamento público.

Sorocaba, 05 de Agosto de 2022



Clayton Cesar Marciel Lustosa
Secretário da Cidadania